

GT 8- TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: RESISTÊNCIAS, SABERES E PROCESSOS ORGANIZATIVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Carlúcia Maria Silva (UEMG)
Rizoneide Souza Amorim (UC- Portugal)

A crise do trabalho, assim como o avanço das políticas neoliberais tem ocasionado o crescimento da informalidade e precarização do trabalho. Nas últimas décadas, importantes retrocessos resultaram em transformações no mundo do trabalho precarizando direitos e o desemprego tornou-se a manifestação mais profunda e visível nas relações de trabalho. Em decorrência dessas transformações, as diferenças sociais manifestadas na distribuição desigual da renda e na falta de políticas públicas e sociais aprofundaram mais ainda as desigualdades de gênero, de classe e de raça/cor, cujas desigualdades se articulam e reforçam situações de pobreza e de exclusão. No Brasil, esta realidade se agravou mais ainda com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, no ano de 2016, também conhecida como a Emenda do Teto dos Gastos Públicos e a Reforma Trabalhista, que além de retirar direitos, incorporou novas formas de inserção ocupacional, elevou os índices de subemprego, informalidade, trabalho precário, pobreza e exclusão e neste cenário, o trabalho cooperado e associativo tem encontrado um vasto e fértil campo de ação, no qual novas potencialidades de organização e inclusão socioproductiva se fazem presentes, dentre elas, a economia popular solidária.

A economia popular solidária é um modo de produção de bens ou prestação de serviços, de comercialização e de consumo, cujo trabalho é realizado de forma coletiva e pautado nos princípios da autogestão, cooperação e sustentabilidade. Também denominada de “outra economia”, representa importante estratégia no combate às desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista e nessas iniciativas, os trabalhadores e trabalhadoras constroem novas alternativas de geração de renda. O trabalho é movido por uma forte consciência socioambiental, pautado na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável e do Bem Viver. Estudos apontam que a economia popular solidária recobre uma realidade heterogênea e diversa. O público dos empreendimentos econômicos solidários resgatam experiências e metodologias referendadas na sabedoria popular e na troca de saberes encontrando nos empreendimentos solidários, o horizonte de suas utopias. Trabalhadoras e trabalhadores que constroem alianças tendo em vista criar e/ou fortalecer “laços orgânicos de solidariedade” e fortalecer práticas de reciprocidade tão comum nos meios populares. Essas iniciativas são marcadas por uma variedade de experiências⁴, que se fazem presentes nos setores populares e realizam, de modo individual ou familiar, modalidades de trabalho associativo formalizados ou não. Empreendimentos autogestionários e redes de comercialização, cujas iniciativas são modalidades de trabalho que interagem com seu entorno, com mercados e circuitos produtivos marcados por uma lógica econômica específica. Sua eficiência está na capacidade de gerar trabalho e renda para um grande número de pessoas, prover meios de vida da unidade familiar e fomentar relações de produção, de comercialização e consumo, muitas delas, articuladas em redes.

Há que se ressaltar também, que esta “outra economia” têm um rosto feminino e a organização das mulheres em suas iniciativas de trabalho em redes cada vez mais se consolida. No entanto, se por um lado essas experiências representam a descoberta de novas estratégias organizativas, por outro revelam, também, a perversidade do modelo capitalista de produção e consumo, que atinge sobretudo as mulheres, gera novas formas de segregação, aprofunda cada vez mais as desigualdades e contribui para que parcelas significativas da população permaneçam excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais.

O exercício da autogestão é também desafiador, uma vez que, ora compromete a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras nas organizações coletivas de trabalho, ora é comprometido pela rotatividade de seus participantes. Essas iniciativas solidárias embora reconhecidas e legitimadas, enfrentam injunções no mercado, na relação com o poder público, sobretudo no que se refere ao tratamento social do problema do desemprego e da informalidade. As políticas públicas e sociais, bem como outras intervenções, em muitos casos, promovem ações desencadeadoras de inserção socioproductiva que muitas vezes não passam de ações paliativas e assistencialistas. Contradições desafiadoras que exigem mudanças estruturais urgentes, de modo que a proposta ressignificadora de trabalho autogestionário e de relações sociais emancipadoras, possam de fato, plasmar as iniciativas de economia popular solidária. As trabalhadoras e trabalhadores no pluriverso da economia Solidária seguem sempre reinventando, seja a produção com inovações para atrair mais e/ou novos clientes, seja na comercialização cada vez mais desafiadora para aquelas e aqueles que não se servem das grandes estruturas e na sua grande maioria não dispõem de capital para investir em marketing e novas estratégias de acesso ao mercado. E neste cenário de desafios, eis que o mundo inteiro é tomado pela pandemia e no seu contexto, vem a necessidade do isolamento social. Para muitos EES, que comercializavam os seus produtos em feiras livres, em pequenas lojas ou mesmo porta a porta, viram de um dia para o outro, a sua estratégia comercial não mais existir e tiveram que se reinventar e partem para criar o que não existia antes. Seja novas linhas de produtos que vão combater a pandemia, que vão desde máscaras até alimentação saudável, ou mesmo a comercialização com o uso das redes sociais. E também muitas daquelas pessoas que diante da pandemia, foram para a frente de luta, buscar alimentos para quem precisava, organizar grupos de consumos, entre outras estratégias de sobrevivência e de resistências nos dias atuais.

Debater as novas configurações do trabalho e estratégias de organização dos trabalhadores e trabalhadoras no cenário atual de crises - econômica com alto índice de desemprego, política, social, ambiental e sanitária, buscando assim compreender e analisar a diversidade dessas iniciativas constituem os principais objetivos desta proposta. Para isso, o presente GT objetiva também, discutir a interface trabalho autogestionário, educação, economia popular solidária e seus processos organizacionais, buscando compreender melhor essas experiências e o papel sociopolítico da Universidade na sua interface ensino, pesquisa e extensão. A reflexão e o debate sobre cooperativismo popular e iniciativas de economia popular solidária serão norteados pelas seguintes temáticas: 1) Transformações no mundo do trabalho, economia popular solidária e desigualdades de gênero e de raça/cor; 2) Educação, cooperativismo popular e novas formas de organização (e de gestão) dos trabalhadores e trabalhadoras; 3) Universidade, economia popular solidária e organizações da sociedade civil e interfaces possíveis.